

A “PRESENÇA-AUSÊNCIA” DA DIVERSIDADE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

Dilciomar Junior Baldin¹

Resumo: O presente artigo trata de uma revisão de literatura acerca da diversidade humana no cerne da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Para tanto, o estudo é embasado em autores como Vitor Sávio de Araújo Gomes (2020), Daniele Gonçalves Lisbôa Gross *et. al.* (2019), Windyz Brazão Ferreira (2015), dentre outros. A pesquisa mostra que foi possível observar que a diversidade na BNCC é uma controversa “presença/ausência”, de modo que é fundamental que haja amparo de outros documentos para auxiliar no fomento de uma educação mais inclusiva, bem como melhor capacitação de agentes educacionais em âmbitos culturais específicos, dado que as demandas de educação para a diversidade são distintas.

Palavras-chave: BNCC. Diversidade. Educação. Equidade. Cultura.

The 'PRESENCE-ABSENCE' OF DIVERSITY IN THE NATIONWIDE COMMON CURRICULUM BASE - BNCC

Abstract: This article deals with a literature review about the cultural diversity at the core of Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Therefore, the study is based on authors such as Vitor Sávio de Araújo Gomes (2020), Daniele Gonçalves Lisbôa Gross *et. al.* (2019), Windyz Brazão Ferreira (2015), among others. The research shows that it was possible to observe that diversity in the BNCC is a controversial “presence/absence”, so that it is fundamental that there is support from other basic documents for the promotion of an inclusive education, as well as better training of educational agents in the specific cultural areas in which the demands of education for diversity are distinct.

Keywords: BNCC. Diversity. Education. Equity. Culture.

INTRODUÇÃO

O Brasil é constituído por uma multiplicidade de identidades, culturas e realidades sociais. Essa diversidade é resultado de fatores linguísticos, históricos, geográficos, ambientais e sociais que moldam as diferentes comunidades e produzem efeitos de sentido no modo como os sujeitos se organizam.

A trajetória da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil remonta ao final do século XX, com as primeiras manifestações sobre a imperatividade de estabelecer um arcabouço curricular unificado no âmbito da educação básica, iniciadas durante a década de 1990. Tal empreendimento

¹ Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação e Diversidade pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Membro voluntário do Grupo de Pesquisa: Identidades, Desenvolvimento e Democracia (IDD). E-mail: junior_baldin@hotmail.com

almejava aprimorar a qualidade do ensino fundamental e médio e fornecer um ponto de referência nacional para a construção dos currículos escolares. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram formalmente lançadas em 2007, delineando competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa da educação básica, ainda que desprovidas de caráter compulsório (Brasil, [s.d]).

No entanto, foi somente a partir de 2014, no contexto do governo da então presidente Dilma Rousseff, que a BNCC começou a ser concebida de maneira mais concreta, com o escopo de definir os saberes, aptidões e destrezas consideradas cruciais para a formação dos estudantes brasileiros ao longo de sua trajetória educacional. Esse processo incorporou a contribuição da sociedade por meio de revisões e consultas públicas, visando abarcar a vasta diversidade cultural do país. Em dezembro de 2017, a BNCC obteve sua aprovação, sendo posteriormente homologada em 2018, alcançando uma abrangência que se estende a todos os níveis da educação básica. Essa consolidação representa um marco significativo no panorama educacional do país, em conformidade com as prerrogativas legais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e os preceitos da Constituição de 1988 (Brasil, [s.d]).

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento essencial na educação brasileira, o qual estabelece os objetivos de aprendizagem que todos os sujeitos devem alcançar ao longo de sua trajetória escolar, busca em sua materialidade legislar e implementar uma educação mais equitativa e inclusiva, considerando as diferentes realidades sociais e culturais do país.

Nessa ótica, o presente artigo objetiva analisar como a temática diversidade constitui a BNCC. Uma vez que partimos do pressuposto que a diversidade humana refere-se à ampla variedade de características, experiências, identidades e culturas que existem entre os indivíduos. Ela abrange diferenças de gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, idade, habilidades, status socioeconômico, origem histórica, entre outras dimensões que constituem a identidade humana. E que estamos enfatizando que todas as pessoas têm o direito fundamental de serem tratadas com igualdade e respeito, independentemente de suas características ou identidades individuais (Bittar, 2009, p. 553, 554 e 562).

Isso implica que a sociedade deve reconhecer e valorizar a diversidade em todas as suas formas, garantindo que não haja discriminação ou preconceito com base nessas características. Para tanto, a questão norteadora desta pesquisa trata

da seguinte indagação: Afinal, há diversidade na BNCC?. Tal inquietação foi suscitada ao longo da Pós-Graduação em Educação e Diversidade do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, câmpus Canoinhas, dado que essa temática foi amplamente debatida a partir de diferentes perspectivas e unidades curriculares tais como: Direitos humanos e cidadania; Sujeitos da diversidade: pluralidade cultural e educação; Educação para as relações de gênero, etc., e em materiais educacionais diversos como artigos, teses, dissertações, documentos legislativos e outros. Logo, os objetivos específicos deste trabalho incluem; 1) a importância de elucidar aspectos gerais acerca da BNCC e; 2) a necessidade de identificar e debater as controvérsias acerca da diversidade no cerne desse documento.

Assim, considerando a sua relevância na atualidade e, denunciando o fato de que o contexto sociocultural brasileiro ainda carece de práticas educacionais mais inclusivas e multiculturais, o estudo se justifica por abranger pontos e contrapontos referentes à utilização do termo “diversidade” na BNCC.

Tendo em vista o exposto, a pesquisa parte da percepção de que a diversidade é um fenômeno complexo e inerente a todas as culturas e sociedades. Logo, é fundamental que a diversidade seja considerada e elucidada em seu caráter mais amplo e, como tal, mensurada nas proposições curriculares e práticas educacionais do âmbito sociocultural brasileiro uma vez que promovem a equidade, inclusão e respeito às diferenças (Geertz, 2008).

Por isso, para enfatizar discussões e estudos com foco nas menções à diversidade no âmbito da BNCC, o arcabouço teórico desta pesquisa conta com estudiosos como Vitor Sávio de Araújo Gomes (2020), Daniele Gonçalves Lisboa Gross *et. al.* (2019), Windy Brazão Ferreira (2015), Eliane Fernandes Gadelha Alves e Dorivaldo Alves Salustiano (2020) e Luiz Fernandes Dourado e João Ferreira de Oliveira (2018).

Logo, a metodologia para essa pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa, pois, preocupa-se com “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 32). Nesse caso, a técnica de coleta de dados e a pesquisa documental subsidiam a fundamentação teórica do trabalho, uma vez que o estudo conta com material já elaborado, constituído basicamente por artigos científicos localizados oriundos de repositórios e periódicos acadêmicos nacionais (Fonseca, 2002, p. 32).

Assim sendo, o estudo se apresenta dividido em duas sessões. Inicialmente, há destaque para a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com o intuito de analisar como se mobiliza a designação da temática diversidade no *corpus* desta materialidade linguística e, em seguida, são apresentados contrastes entre os teóricos já mencionados, a fim de compreender a questão norteadora desta pesquisa.

1. COMPREENDENDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

A BNCC é um documento normativo postulado pelo Ministério da Educação, que estabelece as diretrizes, competências e habilidades da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio no Brasil. Como tal, esse documento trata da principal referência para a elaboração dos currículos escolares do país.

A BNCC se apresenta como tendo sido elaborada por “especialistas de todas as áreas do conhecimento” (Brasil, 2018, p. 5), tratando de “um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro” (Brasil, 2018, p. 5).

Nesse sentido, inicialmente, nos é aparente que a diversidade seja um tópico central e inerente à BNCC, dado que ela abrange diferentes áreas do conhecimento, instrumentando sistemas, redes e escolas para assegurar um patamar comum de aprendizagem aos alunos (Brasil, 2018, p. 8). Esse argumento também pode ser reforçado pelo fato de que a BNCC também aborda temas transversais, de modo que as instituições educacionais possam adaptar e contextualizar essas diretrizes de acordo com suas características e demandas locais.

Aliás, os próprios ideais da BNCC anunciam “igualdade, diversidade e equidade” (Brasil, 2018, p.15). Entretanto, é relevante ressaltar que educação em nosso país enfrenta desafios significativos, onde as teorias muitas vezes divergem da realidade prática. Soma-se, por exemplo, que alguns agentes da educação ainda têm acesso limitado ou suprem de maneira fundamental às premissas da BNCC. Isso, para mencionar apenas um dentre os demais documentos vigentes que foram constituídos para nortear a educação em nosso país. Logo, a consequência disso são práticas educacionais que, muitas das vezes, atendem minimamente e/ou

razoavelmente às demandas educacionais vigentes, desconsiderando suas bases legais e norteadoras.

Além disso, importa destacar que, por se tratar de um documento norteador e generalizante, é altamente questionável se, de fato, a BNCC abrange igualdade, diversidade e equidade de modo que atenda, minimamente, a amplitude de possibilidades que podem amparar um currículo multicultural verdadeiramente amplo e inclusivo. Por isso, o próprio documento reconhece suas margens, quando diz que:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base (Brasil, 2018, p. 5).

Essa percepção também é seguida do reconhecimento de que há grandes expectativas depositadas no cumprimento efetivo do que está posto na BNCC, haja vista que, dentre seus ideais, há menção da necessidade de superação da fragmentação das políticas educacionais e de uma busca por fortalecimento do regime colaborativo entre as três esferas do governo, sendo, portanto, uma ajuda para que se possa balizar a qualidade da educação no país (Brasil, 2018, p. 8).

Assim, percebemos que a BNCC reconhece seus limites e apresenta suas expectativas, visando assegurar os fatores normativos universalizantes sob os quais se expressa. Evidentemente, a própria BNCC também reconhece a necessidade de caminhar ao lado de outros documentos, a exemplo do Plano Nacional de Educação - PNE, que visa “estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica” (Brasil, 2014, p. 2).

Diante dessas considerações acerca da BNCC, a sessão seguinte visa discutir a questão norteadora desta pesquisa, através de estudiosos (as) que discorreram sobre o mesmo tema, corroborando com nossa percepção de que há uma controversa “presença/ausência” de diversidade na BNCC.

2. AFINAL, HÁ DIVERSIDADE NA BNCC?

Como já observamos, a BNCC é um documento amplo que destaca habilidades e competências necessárias para o currículo educacional brasileiro. Nesse caso, se torna fundamental enfatizar que, em um território cujo contexto cultural é marcado pela diversidade desde seus primórdios, os documentos que embasam o currículo que acompanha as práticas educacionais, devem, necessariamente, estar alinhados a esse contexto.

Alves e Salustiano (2020, p. 100), por exemplo, evidenciam que “a BNCC se constitui como referencial curricular que prioriza conhecimentos essencializados e universalistas”, atribuindo destaque em relação aos conhecimentos diversificados e enfatizando um ensino baseado em competências performativas que estão muito mais inclinadas para o mercado de trabalho. Nesse caso, quando partimos de premissas universalistas, generalistas e homogeneizadoras, sabemos que tais preocupações apenas incidem sobre grupos que, caracteristicamente, possuem um longo histórico de predominância privilegiada. A par disso, os autores também elucidam que, em seu estudo:

As concepções universalista, celebratória e concepção crítico discursiva discutidas neste trabalho indicam diferentes modos de compreender a diversidade. Os dados analisados indicam a predominância das concepções celebratória e universalista de diversidade em inúmeros contextos sociais e em políticas curriculares, especialmente no texto da BNCC. Apesar do caráter normativo que a informa, defendemos que a BNCC seja pensada e discutida entre os educadores numa perspectiva crítica, no sentido de não ser vista como um instrumento absoluto, tendo em vista que o contexto da prática é muito dinâmico em decorrência da existência dos diversos sujeitos que, diariamente, trazem vida ao currículo, construindo e reconstruindo conhecimentos a partir das relações estabelecidas com outros sujeitos, que trazem consigo novos saberes e vivências (Alves e Salustiano, 2020, p. 119).

Indo ao encontro desta reflexão, Pinto (2019) apresenta uma análise acerca da BNCC, considerando suas proposições em torno de temáticas como as identidades e a diversidade. O autor considera que:

A Base Nacional Comum Curricular deve ser analisada como uma fonte que permite a análise e a compreensão do pensamento pedagógico, dos conhecimentos, das demandas sociais, das relações de poder e da estrutura sociopolítica da história do tempo presente do Brasil. Exatamente por ser um documento representativo da conjuntura histórica atual, o seu discurso está impregnada pelas biografias dos atores que colaboram para os debates e a elaboração de sua versão final, pelas correntes de pensamento em voga, pelos referenciais culturais (valores e visões de mundo) e pelos anseios e pelas expectativas coletivos quanto ao papel

social das redes de ensino e das instituições escolares. Em outras palavras, a BNCC não deve ser analisada como se fosse um texto neutro. Pelo contrário, é necessário entendê-la como um texto contextualizado, carregado de valores e interesses concretos dos mais variados tipos e origens e que expressa intenções de se constituir uma nova realidade nacional com a contribuição dada pelo sistema educacional para a formação de um protótipo de cidadão (Pinto, 2019, p. 338).

Com efeito, acreditamos que a educação é um resultado do social que engendra um acumulado de percepções cujo benefício é para o próprio social. Gomes (2020, p. 4), por sua vez, discorre sobre as menções à diversidade presentes na BNCC, demonstrando que:

O tema diversidade é levantado em vários momentos no texto da BNCC, desde a primeira competência que dispõe sobre o entendimento da realidade e a construção de uma sociedade justa e inclusiva. O exercício intelectual e a análise crítica devem ser exercitados para a resolução de problemas e criação de solução diante das diversidades, além de se valorizar as diversidades artísticas, linguísticas e culturais (Gomes, 2020, p. 4).

Assim, destacamos a sexta competência geral, a qual trata do assunto de modo mais específico dentro de cada disciplina, destacando o dever de “valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho” (Gomes, 2020, p. 4), bem como “fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (*Ibid*).

O autor, portanto, considera a especificidade da oitava competência geral, na qual há destaque para a necessidade de “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (Gomes, 2020, p. 4), bem como a nona competência que enfatiza aspectos como a valorização da diversidade e o combate a preconceitos e violências (Gomes, 2020, p. 4).

Logo, vemos a percepção de autores que consideram a BNCC como um documento que deve ser analisado criticamente e que é marcado pela diversidade humana expressada na sociedade brasileira. Percepção da qual também corrobora Gross *et. al* (2019, p. 254) que, ao debater questões referentes a etnicidade e diversidade, versam sobre o fato deste documento apresentar um discurso inclusivo

no qual o autor destaca a preocupação da maneira que a diversidade humana em suas várias facetas e as desigualdade sociais serão tratadas na educação escolar nacional e:

[...] constitui ainda o ideal de que o sistema, os currículos e as escolas trabalhem com propostas pedagógicas voltadas às necessidades e interesses dos estudantes, valorizando, contudo, suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (Gross *et. al.* 2019, p. 254).

Dito isto, em contraposição às percepções mencionadas, há estudiosos que mostram que a diversidade é mencionada na BNCC de modo reticente. Dourado e Oliveira (2018), por exemplo, pressupõem que o discurso sobre diversidade na BNCC é simplista, haja vista que esse documento normativo visa uma ideia de construção de currículo centrada em competências e habilidades prescritivas, buscando uniformizar e homogeneizar o currículo.

Importa, então, enfatizar que, assim como Dourado e Oliveira (2018) desvelam as menções simplistas à diversidade no cerne da BNCC, há também estudos como o de Ferreira (2015) que debate questões de poder e interesses ocultos na BNCC. Por um viés crítico, o autor nos mostra que:

O uso indiscriminado do termo diversidade não foi, paralelamente, acompanhado pela sua problematização ou aprofundamento teórico. Enquanto as diretrizes internacionais ou políticas nacionais identificam em seus textos os grupos em desvantagem social (mulheres, negros, analfabetos, pessoas com deficiência etc.) que deveriam ser foco de atenção, hoje o crescimento desses grupos e de suas demandas específicas já não permite a mesma clareza de foco. Por exemplo, quem, de fato, está incluído na 'diversidade' definida pelas políticas públicas brasileiras? Há grupos cujas demandas são mais prementes? Há grupos que ainda não foram contemplados suficientemente pela política? Quais são os grupos que, por sua organização civil avançada, já conseguem assegurar alguns direitos ou até mesmo privilégios? (Ferreira, 2015, p. 303).

Nesse sentido, os efeitos da BNCC produzidos no currículo escolar devem levar em consideração um espaço-tempo educacional contínuo no qual há envolvimento de “fatores históricos, culturais, pedagógicos, sociais, econômicos, identitários e subjetivos, entre outros” (Ferreira, 2015, p. 313). O autor, portanto, destaca que esses fatores, evidentemente, “não acontecem no vácuo e não se restringem (ou reduzem) a conteúdos formais a serem ensinados e aprendidos”

(Ferreira, 2015, p. 313). Além disso, são fatores que se entrecruzam e se entrelaçam, afetando a prática docente e a relação professor-estudante (*Ibid*).

Diante disso, nossa percepção é de que os estudos que discorrem acerca da diversidade na BNCC desvelam o que denominamos como uma “presença/ausência” para destacar, de fato, essa controvérsia. Isso, pois, além da falta de clareza acerca do conceito de “diversidade” sob o qual se expressa, em uma simples busca por determinadas palavras-chaves que são, em síntese, marcadores de diversidade, vemos menções mínimas à termos tão presentes no cotidiano, a exemplo de:

QUADRO 1 – Quantidade de ocorrências de marcadores de diversidade humana na BNCC

MARCADORES	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS
MULHER	4
SEXO	3
NEGRO	6
INDÍGENA	90
DIVERSIDADE	145

Fonte: O autor (2023).

Ainda que nossa pretensão com esse estudo não seja pautada numa quantificação de determinados termos, essa percepção é um exemplo que reflete a controvérsia da “presença/ausência” a qual nos referimos, dado, por exemplo, as 90 menções aos indígenas e as 145 menções à diversidade. Mas, afinal, que diversidade seria essa? Trata-se de um termo auto evidente? Ao nosso ver, não necessariamente, de modo que ainda há muito a ser pensado e debatido nesse *corpus* selecionado para a nossa investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, vimos que há um debate amplo sobre diversidade, considerando suas menções no âmago da BNCC. Tais estudos expressam o caráter controverso ao qual nos referimos como “presença/ausência”. Isso, considerando o contexto no qual o termo é apresentado ao longo desse documento. Destacamos que a BNCC é um documento que, por seus ideais e contexto de produção, deveria

ir ao encontro de uma educação multicultural em favor de metodologias inclusivas e debates favoráveis à diversidade em todas as disciplinas, habilidades e competências mensuradas. O que observamos, no entanto, é uma temática apresentada de modo reticente, sem aprofundamento crítico, não transversal e de caráter técnico.

Além disso, compreendemos que a BNCC visa lançar bases educacionais de modo mais amplo, por isso, suas proposições podem e precisam caminhar ao lado de outros documentos que favoreçam fundamentos para práticas educacionais pautadas em igualdade, diversidade, equidade e respeito às diferenças.

Por isso, voltar nossa atenção para esse documento, favoreceu uma breve análise na qual foi possível reconhecer seu caráter contraditório em relação às menções à diversidade e sua própria aplicabilidade no currículo, haja vista que enxergamos a diversidade como força motriz de quaisquer práticas sociais e educacionais, mas que ainda se desvela como uma lacuna nas bases da educação vigente em nosso contexto sociocultural.

Diante desse cenário crítico, destacamos a necessidade de mais estudos acerca dos fundamentos normativos, universalizantes, socioculturais e políticos tanto da BNCC quanto dos demais documentos basilares para a educação. Afinal, são documentos que precisam ser associados para atender razoavelmente às demandas do contexto educacional brasileiro.

Além disso, importa destacar a iminência de novos estudos que se debruçam sobre as mais diversas questões que permeiam documentos basilares como a BNCC. Algumas sugestões, em nossa percepção, são importantes questionamentos como “Quem são os agentes por trás desses documentos? Qual o contexto sociopolítico em que foram produzidos, revisados e publicados? Eles convergem com os ideais de diversidade? Quais as demais controvérsias que podemos desvelar a partir da análise crítica de tais documentos? O conceito de diversidade tratado nos documentos realmente expressam a realidade brasileira?” .

Essas e outras questões carecem de debates cada vez mais acurados, uma vez que vivemos em um país em constante transformação sociopolítica. E que além disso, a diversidade é uma característica imbricada nos mais profundos remotes da nossa história. Isso nos leva a crer que quanto maior a adesão ao debate referente à diversidade no currículo, nas práticas extensionistas e nas mais diversas produções culturais e político-pedagógicas, maior poderá ser o entendimento de

nossa própria cultura e fomento de práticas equânimes, integrativas e que promovam respeito às diferenças, nos mais diversos âmbitos educacionais e socioculturais.

No entanto, se os próprios documentos basilares não difundirem isso com maior clareza e eficácia, atrelados a uma formação docente com foco em ações de respeito às diferenças, essa “presença/ausência” seguirá como uma lacuna que poderá se reverberar por muito mais tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eliane Fernandes Gadelha; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. Concepções de diversidade na Base Nacional Comum Curricular–BNCC. **Interritórios: Revista da Educação, Caruaru**, v. 6, n. 11, p. 100-123, 2020.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Reconhecimento e direito à diferença: teoria crítica, diversidade e a cultura dos Direito Humanos. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 104, p. 551-565, 2009.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da BNCC**. Brasília, DF. Ministério da Educação, [s.d]. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 19 de ago. de 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. In: **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**, p.38-43. Org: Marcia Angela da Silva Aguiar e Luiz Fernandes Dourado. Recife: ANPAE, 2018.

FERREIRA, Windy Brazão. O conceito de diversidade na BNCC-relações de poder e interesses ocultos. **Retratos da escola**, v. 9, n. 17, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª Ed. 13ª reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Plageder, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806> Acesso em: 23 mar. 2022.

GOMES, Vitor Savio de Araújo. O LUGAR DAS DIVERSIDADES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR–BNCC. **Anais do Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade (SIELLI) e Encontro de Letras**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2020.

GROSS, Daniele Gonçalves Lisboa et al. Reflexões acerca da etnicidade e diversidade cultural na BNCC e no PNE. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 244-256, 2019.

PINTO, Jorge Vieira Eschiqui Vieira. REFLEXÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E DIVERSIDADE NA BNCC DE HISTÓRIA* REFLECTIONS ABOUT THE CONCEPTS OF IDENTITY AND DIVERSITY IN THE HISTORY BNCC. **História e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 348-367, 2019.